

PETIÇÃO (MOD) FAMÍLIA

MEDIDA CAUTELAR DE GUARDA DE MENOR

AÇÃO DE SEPARAÇÃO CONSENSUAL, ACORDANDO O CASAL A RESPEITO DE PARTILHA DE BENS, VISITAÇÃO E GUARDA DE FILHO MENOR, PENSÃO ALIMENTÍCIA E USO DE NOME DE SOLTEIRA PELO CÔNJUGE VIRAGO

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE, ESTADO DO brasileiro (a), profissional da área de, portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º, residente e domiciliado (a) na Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado e, brasileiro (a), profissional da área de, portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º, residente e domiciliado (a) na Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado, casados legalmente, mas separados de fato, por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua, nº, Bairro, Cidade, Estado, onde recebe notificações e intimações, vêm mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor SEPARAÇÃO CONSENSUAL pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS Os requerentes são casados há bem mais de dois anos, conforme faz prova a certidão de casamento anexa, sob o regime da comunhão universal de bens, não havendo pacto antenupcial entre ambos. Possuem um filho menor, com anos de idade, conforme faz prova a certidão de nascimento em anexo. O patrimônio do casal se constitui dos seguintes bens: ITEM I: Uma propriedade constituída de lote de terreno "...", da planta, desta cidade de, medindo metros, de frente para na Rua, por de fundos pelo lado esquerdo e metros pelo lado direito, com metros quadrados, contendo uma casa de alvenaria que recebeu o nº, da Rua, melhor caracterizada na escritura anexa, que está avaliada em ITEM II: Uma propriedade constituída dos lotes urbanos nº e, da quadra, da cidade de, cada um com metros quadrados, melhor caracterizados na escritura em anexo, contendo uma casa de alvenaria em cima dos mesmos, avaliada em ITEM III: Uma propriedade constituída dos lotes de terrenos urbanos nºs.,, e, da quadra nº, da cidade de, o primeiro com metros quadrados, o terceiro com metros quadrados e o último com metros quadrados, EM CONDOMÍNIO COM e melhor caracterizado na escritura em anexo, que está avaliado na totalidade em ITEM IV: Cento e cinquenta e uma quotas de, da firma, estabelecida em ITEM V: Cinco mil e quatrocentas quotas de, da firma, estabelecida em ITEM VI: Direitos sobre o contrato particular de compra e venda, conforme cópia anexa, que está sendo acionado judicialmente para cumprimento ou devolução da quantia paga. E, como os requerentes pretendem, por mútuo consentimento, dissolver a sociedade conjugal, através da SEPARAÇÃO JUDICIAL estabelecem livremente as condições seguintes: 1º - Que o filho menor do casal ficará sob a guarda e responsabilidade da mãe, podendo o pai vê-lo sempre que desejar, sem qualquer condição. 2º - Que, à título de pensão à requerente e ao filho, fica estabelecido que o requerente efetuará depósito de, até o dia 30 de cada mês, no Banco, agência da, em, ficando estabelecido, ainda, que a quantia acima será reajustada de acordo com o e que a primeira parcela será depositada em data de 3º - Que a requerente passará a usar o nome de solteira, ou seja, 4º - Que promovem a partilha dos bens da seguinte forma: a) O imóvel descrito no ITEM I ficará para o filho do casal, com reserva de USUFRUTO em favor da requerente, até a sua morte. b) O imóvel descrito no ITEM II ficará para o requerente. c) O imóvel descrito no ITEM III ficará para o requerente, na parte em que lhe couber no condomínio. d) As quotas da firma, descritas no ITEM IV, ficarão todas para o requerente. e) As quotas da firma, descritas no ITEM V, ficarão todas para a requerente, ficando o requerente obrigado a ela transferir no prazo de dias. f) Os direitos e vantagens que poderão resultar do contrato particular

noticiado e descrito no ITEM VI, cujo cumprimento está sendo exigido judicialmente, reverterão todos em favor da requerente, sendo que compromete-se o requerente em acompanhar o procedimento judicial e prestar toda assistência, no sentido de ter êxito a ação. DO DIREITO A presente encontra fulcro no art. 1574 do Novo Código Civil. DOS PEDIDOS Assim decidindo, os requerentes e sua mulher, datam e assinam o presente pedido de SEPARAÇÃO JUDICIAL, requerendo que seja designada audiência de reconciliação e após a ouvida do